

## Aprovados novos critérios para sessões conjuntas do Congresso

O Senado aprovou ontem em primeiro turno, por unanimidade, proposta de emenda constitucional que reduz as possibilidades de realização de sessão conjunta do Congresso Nacional. A proposta, do senador Lúcio Alcântara, permite que a Câmara e o Senado deliberem separadamente sobre medidas provisórias, vetos presidenciais e matérias orçamentárias

PÁGINA 3

*Seguro rural poderá ter custos menores e maior oferta de serviços*

PÁGINA 4

*Senado vai prestar homenagem à escritora Raquel de Queiroz*

PÁGINA 4

### AUDIÊNCIA PÚBLICA CAS/CCJ

■ **CONSUMO CAIU EM PAÍSES QUE PROIBIRAM PROPAGANDA DE TABACO**

■ **PARA ABERT E CONAR, BANIR PUBLICIDADE É INCONSTITUCIONAL**

■ **SENADORES DEFENDEM RESTRIÇÕES PREVISTAS EM PROJETO DE LEI**

■ **PRODUTORES DESTACAM PAPEL EMPREGADOR DO SETOR TABAGISTA**

■ **FUMO AFETA METADE DA HUMANIDADE, ADVERTE REPRESENTANTE DA AMB**

Segundo o médico José Rosemberg (ao microfone), há no mundo 1,2 bilhão de fumantes ativos

PÁGINAS 6 E 7



### ACM: aumento do mínimo deve sair neste ano

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem acreditar na definição ainda neste ano de aumento do salário mínimo.

PÁGINA 2



O senador Lúcio Alcântara participou da cerimônia de abertura da 4ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, que se realizará até o próximo domingo no Centro de Convenções de Fortaleza. Em seguida, visitou o estande instalado pelo Senado (foto), cujo Conselho Editorial ele preside. Neste ano, o poeta Patativa do Assaré é o grande homenageado da bienal.

PÁGINA 11

### Tramitação de Orçamento pode ter alterações

O Congresso deve apreciar no início de novembro regras que possibilitarão acelerar a tramitação do projeto de Orçamento da União para o ano que vem.

PÁGINA 3



### Comissão será instalada às 11h de hoje

PÁGINA 5

### Conselho de Ética ouve Luiz Otávio

O senador Luiz Otávio fez ontem, no Conselho de Ética, sua defesa das acusações de desvio de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

PÁGINA 5

# ACM prevê acordo ainda este ano para aumento do mínimo

O presidente do Senado voltou a defender reajuste para US\$ 100. Verbas do Proer e das emendas parlamentares garantiriam o novo valor

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que acredita na conclusão, até o final do ano, de acordo para viabilizar o aumento do salário mínimo.

— É um assunto da maior importância. Como tal, creio que o governo vai se entender com o Congresso, e vamos ter um salário mínimo satisfatório ainda este ano — disse.

Antonio Carlos confirmou que continua defendendo a fixação do mínimo em US\$ 100. Ele apontou, entre as fontes prováveis de recursos para garantir o aumento, verbas do Proer e das emendas de autoria dos parlamentares ao Orçamento da União, além da cobrança de



Para Antonio Carlos Magalhães, recursos de imposto pago pelos fundos de pensão podem ser destinados ao aumento do salário mínimo

imposto dos fundos de pensão.

— Em vez de aumentar as emendas de parlamentares, elas ficam

no mesmo nível, e o que seria destinado a elas passaria para o salário mínimo — explicou.



## DEZ PREFEITOS ELEITOS NO ACRE VISITAM O SENADO

Acompanhados pelos senadores Tião Viana (PT-AC) e Júlio Eduardo (PV-AC), dez prefeitos eleitos no Acre pela Frente Popular foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Segundo Viana, o grupo veio agradecer a Antonio Carlos “a forma solidária como ele tem tratado o estado do Acre, independentemente de filiação partidária”.

## “Cidadania” entrevista o carnavalesco Joãozinho Trinta

O carnavalesco Joãozinho Trinta é o entrevistado do programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe hoje às 6h30 e às 19h30. Agraciado com o prêmio da Ordem do Mérito da Fraternidade Ecumênica, na categoria Solidariedade, ele fala sobre as obras sociais que desenvolve. Joãozinho destaca o projeto “Do lixo às flores”, com crianças carentes na Baixada Fluminense. O programa, vinculado à escola de samba Grande Rio e com apoio da Petrobras e da prefeitura de Duque de Caxias (RJ), garante às crianças escola, creche, assistência à saúde e prevenção contra drogas. Elas também plantam flores nas proximidades de um lixão. Segundo Joãozinho, flor é o sétimo produto mais vendido no mundo.

# Antonio Carlos considera natural decisão do PMDB sobre sucessão

Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, afirmou ontem que considera natural a decisão, recentemente anunciada pelo PMDB, de não querer interferência estranha ao partido na indicação para a presidência do Senado. Ele observou, no entanto, que a Casa é composta por vários partidos e, conseqüentemente, a voz de um não vale por todos.

— Vale por alguns dos seus correligionários porque nem todos, evidentemente, concordam com a decisão de um só. O que eu digo é que o Senado vai ter um bom presidente — garantiu.

Ele também afirmou que o princípio da maioria não deve nortear a escolha do próximo

presidente da Casa. “Esse princípio já foi derrubado, revogado, quando o senador Iris Rezende concorreu contra mim à presidência do Senado, sob a liderança do atual presidente do PMDB”, disse Antonio Carlos. Ele lembrou que, naquele momento, seu partido, o PFL, detinha a maior bancada na Casa.

### CPI DO DNER

O senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que não irá estimular a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar notícias sobre supostas irregularidades no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Garantiu, no entanto, que não irá se incomodar se os parlamentares assinarem o pedido para a investigação.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães

10h — Recebe o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer e os presidentes das centrais sindicais.  
11h — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

10h — Substituto do Senado ao PLC nº 17/2000, que acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.212/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; PDL nº 192/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Dinâmica de Santa Fé para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Fé do Sul (SP); PDL nº 261/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal Cidade Bauru para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru (SP); e PDL nº 77/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Navegantes de Porto Lucena para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina das Missões (RS).

### COMISSÃO

11h — CPI do Futebol  
Pauta: instalação e eleição do presidente e do vice-presidente.  
Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira (20/10)  
9h — Sessão não deliberativa

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovada redução das sessões conjuntas do Congresso

Proposta de emenda constitucional de Lúcio Alcântara recebeu, na votação em primeiro turno, apoio de todos os senadores presentes. Na opinião do autor, sistema atual “prejudica o dinamismo da atividade legislativa nas duas Casas”

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional. Pela proposta, os plenários da Câmara e do Senado passarão a decidir separadamente sobre todas as matérias legislativas, inclusive vetos presidenciais, orçamento e medidas provisórias, realizando sessões conjuntas apenas para inaugurar sessão legislativa ordinária, receber o compromisso e dar posse ao presidente e ao vice-presidente da República, promulgar emenda à Constituição e recepcionar chefe de Estado estrangeiro.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos 54 senadores presentes à sessão, e depois de um segundo turno de votação no Senado irá à apreciação da Câmara dos Deputados.

Ao propor a mudança de seis artigos da Constituição, o senador pelo Ceará justificou que, desde 1946, tem prevalecido o entendimento de que o Congresso Nacional deve tomar mais decisões através de sessões conjuntas. A seu ver, no entanto, a experiência demonstrou que essas sessões prejudicam o dinamismo da atividade legislativa nas duas Casas.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Jefferson Péres (PDT-AM), além de concordar plenamente com Alcântara, atribuiu a prevalência daquele entendimento ao que denominou de “bicameralismo brasileiro mal resolvido nos textos constitucionais”. Na sua opinião, as sessões conjuntas muitas vezes resultam “em decisões tomadas de afogadilho por um Plenário que não pôde conhecer o inteiro teor do assunto sob análise”.

Tanto o autor como o relator da proposta de emenda à Constituição também ressaltaram que as mudanças compatibilizam o texto da Carta às modificações no processo legislativo de medidas provisórias, já aprovadas no Senado e na Câmara e dependentes, para entrar em vigência, de novo exame da Câmara, agora sobre alterações feitas pelos senadores no texto original.



Plenários do Senado (foto) e da Câmara passarão a decidir separadamente sobre todas as matérias legislativas

## Relator exclui do Orçamento taxaço de inativos

O relator-geral do Orçamento de 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), apresentou na noite de ontem relatório parcial sobre as receitas, no qual elimina a previsão do governo de arrecadar R\$ 1,4 bilhão pela cobrança de previdência dos inativos federais. Para compensar, ele propõe alternativas de novas receitas no próximo ano, inclusive a permissão para que a Secretaria da Receita Federal solicite a quebra de sigilo bancário de pessoas ou empresas que fazem grandes movimentações financeiras e nada declaram no Imposto de Renda.

No documento, que será votado pela Comissão Mista de Orçamento no próximo dia 30, Amir Lando sugere que o salário mínimo para 2001 seja discutido agora pelos deputados e senadores. Para ele, o reajuste do mínimo de 5,57% embutido nos números do Orçamento não assegura “sequer a manutenção do poder de compra”, e por isso os congressistas têm de encontrar uma fórmula de aumento real para o salário mínimo.

O relator-geral sustenta que, numa avaliação preliminar, “as receitas parecem razoavelmente estimadas” – R\$ 268,9 bilhões. Apesar disso, as consultorias de Orçamento e Fiscalização do Senado e da Câmara acreditam que o governo arrecadará mais CPMF do que os R\$ 15,9 bilhões projetados, especial-



Amir Lando pretende mudar números da receita antes da votação final do Orçamento

mente depois que a Receita Federal conseguiu derrubar liminares na Justiça contra sua cobrança. Acreditam ainda que a receita da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) poderá ficar acima dos R\$ 41,3 bilhões previstos, já que passou a ser cobrada das refinarias de petróleo, eliminando a sonexação dos postos de gasolina.

Por tudo isso, Amir Lando informa que irá apresentar adendo mudando os números antes da votação final do Orçamento, pois até lá a Receita Federal terá um quadro mais real do comportamento da CPMF e da Cofins. Ele espera também informações detalhadas sobre a arrecadação do INSS, pois os técnicos do Congresso questionam o crescimento de 10,8% nos gastos, apesar de o governo prever reajuste de 5,57% para aposentadorias de

salário mínimo.

Depois de criticar a falta de clareza do projeto orçamentário e o uso de “receitas condicionadas”, o relatório parcial sobre receitas sugere que o Congresso resolva o problema da cobrança de Imposto de Renda sobre as aplicações financeiras dos fundos de pensão. Há 12 anos os fundos lutam na Justiça contra essa taxa, alegando sua condição de empresas de caráter social. Um projeto que tramita no Senado pode resolver o assunto, levando a um aumento na arrecadação do Imposto de Renda. O relator-geral propõe à Comissão de Orçamento que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002 exija maior detalhamento da arrecadação, pois números expressivos aparecem com a indicação de “outras” ou “demais” receitas.

Amir Lando afirma que os consultores parlamentares acreditam que o repique inflacionário de junho e julho deste ano, provocado por reajustes de combustíveis e tarifas, levará a um crescimento da arrecadação no próximo ano. Além disso, a revisão para baixo do Produto Interno Bruto (PIB) de 1999, anunciada pelo IBGE nos últimos dias, tem reflexos sobre os números do Orçamento – seja sobre o valor do superávit primário (sem incluir pagamentos de juros), seja sobre os gastos com a dívida pública.

## Créditos suplementares serão votados em novembro

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, vai marcar para depois do segundo turno das eleições municipais a sessão conjunta destinada a apreciar pedidos de créditos suplementares ao Orçamento da União de 2000 e alterações na tramitação da proposta orçamentária de 2001. A sessão estava prevista inicialmente para a noite de ontem.

Estavam em pauta nove pedidos de créditos no valor de R\$ 532,5 milhões, que já haviam sido apreciados pela Comissão Mista de Orçamento. Três deles – entre os quais um pedido de suplementação de R\$ 123,9 milhões apresentado pelo Ministério dos Transportes – seriam apreciados na forma de substitutivo. Além dos nove pedidos, quatro outros, ainda não examinados pela comissão, poderão ser apreciados na próxima reunião do Congresso.

Também deverão estar em pauta dez projetos de decreto legislativo destinados a liberar recursos já previstos no Orçamento de 2000 para obras antes consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União. Entre elas, a construção do terminal de minério e produtos siderúrgicos do porto de Sepetiba (RJ) e a construção de trechos rodoviários em sete estados.

O Congresso apreciará ainda, na sessão prevista para o início de novembro, projeto de resolução que procura acelerar a tramitação do projeto de Orçamento da União para 2001. O projeto permite que sejam apreciados diretamente pelo Plenário da Comissão Mista de Orçamento – sem necessidade de votação prévia por subcomissões – os pareceres elaborados pelos relatores setoriais da proposta orçamentária.

De acordo com o projeto de resolução, elaborado durante encontro de líderes partidários na Comissão de Orçamento, a votação da lei orçamentária ocorrerá em duas etapas. Inicialmente, serão apreciados dez relatórios setoriais. Em seguida, será votado o parecer redigido pelo relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO).

## Raquel de Queiroz será homenageada por seus 90 anos

O Senado prestará uma homenagem, no dia 22 de novembro, à escritora cearense Raquel de Queiroz, autora de sucessos como *O Quinze* e *Memorial de Maria Moura* (este transformado em minissérie de grande audiência na televisão), pelos seus 90 anos. A homenagem ocupará o tempo destinado à Hora do Expediente, conforme requerimento aprovado na sessão plenária de ontem.

O Senado também aprovou projetos de decreto legislativo renovando a autorização para o funcionamento da Rádio Difusora de São Patrício, localizada em Ceres (GO), e dos serviços de rádio FM da Rede Mineira de Rádio e Televisão, localizada em Uberlândia (MG). Foi aprovado ainda requerimento de iniciativa da Comissão de Educação, solicitando que seja suspensa a tramitação do projeto de lei do Senado que institui o sistema de bolsas de estudo para policiais e bombeiros até que a Câmara envie à Casa matéria que trata do mesmo assunto.

## Plenário vota de novo dispensa de contribuição por trabalho religioso

O Plenário vota hoje, em turno suplementar, projeto de lei que dispensa as instituições religiosas de recolher a contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa. A matéria foi aprovada em primeiro turno no dia 11, na forma de substitutivo encaminhado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), necessitando, por essa razão, de turno suplementar.

O substitutivo da CAS, elaborado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), estabelece que o trabalho de ministro de confissão religiosa e de membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não será considerado prestação de serviço. O texto considera ainda que o trabalho dessas pessoas não pode ser considerado um vínculo empregatício. A aprovação do substitutivo

da CAS foi acompanhada pelo autor do projeto, originário da Câmara dos Deputados, deputado Philemon Rodrigues. A proposta altera a lei que dispõe sobre a contribuição previdenciária individual. Segundo o relatório aprovado na CAS, as modificações introduzidas pelo substitutivo foram necessárias porque o texto aprovado pela Câmara valeria não somente para os religiosos, como também para os demais funcionários das igrejas. O texto afirma ainda que o projeto tem por objetivo acabar com as altas multas aplicadas às instituições religiosas pela Previdência Social. Estão também na pauta da sessão ordinária de hoje três projetos de decretos legislativos autorizando o funcionamento de rádios em Santa Fé do Sul (SP), Bauru (SP) e Campina das Missões (RS). A sessão está marcada para começar às 10h.

# Senado aprova novas regras para seguro da atividade agropecuária

Diversos senadores saúdam projeto de Edison Lobão. Conforme o relator, José Alencar, um dos méritos da proposta é garantir custo razoável, levando em conta as diferenças regionais

O Senado aprovou ontem, por 56 votos a favor, um contra e cinco abstenções, projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) estabelecendo novas regras para o seguro contra perdas nas atividades agropecuárias. Ao instituir o Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural, o texto deixa claras as áreas e as condições em que o seguro pode ser contratado e honrado, possibilitando a maior oferta desse serviço pelas companhias. O projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Poderão ser cobertos riscos de incêndio e raio, pragas e doenças, danos causados por tromba d'água, ventos fortes, ventos frios, granizo, chuva excessiva, seca e geada, prevê o projeto. Hoje, os agricultores contam apenas com o Proagro, seguro vinculado ao financiamento da safra com recursos do crédito agrícola, e as opções oferecidas pela Companhia de Seguros do Estado de São



Edison Lobão espera que sua proposta forneça "a alavanca adequada para modernizar e elevar a produção agropecuária"

Paulo (Cosesp).

O texto estabelece que o seguro será obrigatório nas operações de crédito rural de custeio e investimento, e facultativo nas lavouras plantadas com recursos do produtor. Caberá aos órgãos decisórios nacional e estaduais tornar obrigatório o seguro de determinadas

lavouras, no cumprimento de diretrizes de política agrícola.

O seguro rural cobrirá também o custeio das culturas permanentes e temporárias; animais de utilização econômica, inclusive fetos e embriões; instalações e equipamentos necessários para a produção agropecuária; veículos utilitários; florestas cultivadas ou cadastradas como de preservação ambiental; obras de conservação do solo; material genético; obras de conservação, captação e utilização dos recursos hídricos; produtos e insumos armazenados na propriedade, cooperativas e empresas de armazenagem; e a vida, quando o indivíduo estiver na atividade agropecuária. O projeto também esta-

belece que o seguro não cobrirá prejuízos quando a atividade agrícola for conduzida em áreas de proteção ambiental e em locais ecologicamente inadequados, como, por exemplo, matas que margeiam cursos d'água.

Para o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador José Alencar (PMDB-MG), um dos méritos do projeto é garantir custo razoável para o seguro, atendendo às diferenças regionais. Segundo o senador Arlindo Porto (PTB-MG), o projeto abre perspectivas para os produtores rurais, que hoje contam apenas com o Proagro. Conforme Edison Lobão, a proposta fornecerá a alavanca adequada para modernizar e elevar a produção agropecuária. Também saudaram a aprovação do projeto os senadores Ricardo Santos (PSDB-ES), Ramez Tebet (PMDB-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Osmar Dias (PSDB-PR) e Gerson Camata (PSDB-ES).

## Osmar pede liberação de mais R\$ 51 milhões para produtores prejudicados pela geada

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) adiantou ontem que irá solicitar ao governo federal a liberação de R\$ 51 milhões como complemento às verbas já liberadas para o socorro aos produtores rurais da região Sul cujas plantações tenham sido atingidas pelas últimas geadas. Osmar Dias fez o anúncio durante a votação do projeto que institui novas regras para o seguro agrícola, e na expectativa de que o Congresso Nacional venha a aprovar a medida provisória destinando R\$ 73,9 milhões aos agricultores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No total, as perdas dos produtores atingem R\$ 105 milhões.

Na forma de dotação orçamentária suplementar ao Fundo de Estabilidade do Seguro, criado em 1954, mas nunca ativado, os R\$ 73,9 milhões serão destinados à cobertura das apólices contratadas pelos produtores do Sul com a Companhia



Conforme Osmar Dias, no total as perdas dos produtores do Sul atingem R\$ 105 milhões

de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp). Osmar Dias esclareceu que o projeto instituindo o Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural garante a sustentação do Fundo de Estabilidade.

— Se a proposta do senador Edison Lobão já estivesse em vigor, não teríamos que aprovar esse crédito suplementar — disse Osmar Dias.

Conforme o senador, a Cosesp contratou seguro com

mais de 100 mil agricultores, sendo 50 mil só no Paraná. Ele atribuiu a liberação parcial de recursos (R\$ 73,9 milhões) a "um equívoco da equipe econômica", contatada por Osmar Dias junto com o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O senador paranaense informou que irá redigir um documento justificando o pedido de complementação de verbas, a ser encaminhado ao governo com apoio de outros senadores.

## Plenário aprova indicação de seis novos embaixadores

Seis indicações presidenciais para cargos de embaixadores do Brasil no exterior foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado.

Os senadores aprovaram a indicação de Elim Saturnino Ferreira Dutra para a embaixada brasileira na Suécia, e de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para representar o país no Su-

riname. Brian Michael Fraser Neele acumulará o cargo de embaixador na Turquia e no Azerbaijão; Celso Marcos Vieira de Souza também acumulará a função no Egito e no Sudão; Armando Boisson Cardoso representará o Brasil no Haiti, e Luiz Henrique Pereira da Fonseca será o embaixador brasileiro na Finlândia.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2000

**1**

Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1999. Senador Lúcio Alcântara e outros. Altera os arts. 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Resultado: Aprovada. Votaram: Sim: 54. Não: 0. Abs.: 0. Total: 54. A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente para o 2º turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

**2**

Projeto de Lei do Senado nº 338, de 1999-Complementar. Senador Edison Lobão. Institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural, de acordo com o disposto nos incisos II e VI do art. 192 da Constituição federal, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado o projeto e as emendas nºs 1-CAE e 2-Plen; e rejeitadas as emendas nºs 3 a 7-Plen. Votaram: Sim: 56. Não: 1. Abs.: 5. Total: 62. À Câmara dos Deputados.

**3**

Mensagem nº 140, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Elim Saturnino Ferreira Dutra para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Suécia.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**4**

Mensagem nº 164, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer a função de embaixador do Brasil no Suriname.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**5**

Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 1995. Renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Patrício OM Ltda. de Ceres (GO).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

**6**

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 1999. Renova a permissão outorgada à Rede Mineira de Rádio FM e Televisão Ltda. de Uberlândia (MG).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

**7**

Requerimento nº 510, de 2000. Comissão de Educação. Solicita o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 1999, a fim de aguardar o envio, pela Câmara dos Deputados, de matéria que trata do mesmo assunto.

Resultado: Aprovado. Fica prejudicado o Requerimento nº 687, de 1999. A tramitação da matéria fica sobrestada, aguardando o envio ao Senado Federal, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 128, de 1999, que tramita naquela Casa.

**8**

Mensagem nº 120, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Brian Michael Fraser Neele para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Turquia, exercer a de embaixador junto ao Azerbaijão.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**9**

Mensagem nº 130, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Armando Vitor Boisson Cardoso para exercer a função de embaixador do Brasil no Haiti.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**10**

Mensagem nº 141, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Celso Marcos Vieira de Souza para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil no Egito, exercer a de embaixador do Brasil no Sudão.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

**11**

Mensagem nº 142, de 2000. Presidente da República. Submete à deliberação do Senado o nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para exercer a função de embaixador do Brasil na Finlândia.

Resultado: Aprovado. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# Luiz Otávio se defende no Conselho de Ética

Senador, que foi gerente de duas empresas no Pará, nega qualquer responsabilidade em desvio de dinheiro destinado à construção de balsas

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) se defendeu, ontem, no Conselho de Ética, das acusações de que teria desviado recursos do BNDES, que foram repassados pelo Banco do Brasil para que as empresas Ebal e Rodomar fabricassem 13 embarcações. As balsas jamais foram construídas, segun-

do o senador, porque o Banco do Brasil teria retido o dinheiro, para se ressarcir de dívidas anteriores. Luiz Otávio, que foi gerente das duas empresas, se disse perseguido em seu estado, e negou que tivesse qualquer responsabilidade no desvio do dinheiro, um montante de R\$ 6 milhões.

Indagado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), relatora da matéria, se eram suas as assinaturas em notas fiscais que justificam o pedido de empréstimo ao BNDES, Luiz Otávio confirmou. Mas comparou



Heloísa Helena, relatora da matéria, faz perguntas a Luiz Otávio (D). Ramez Tebet (C, ao lado de Juvêncio da Fonseca) preside o Conselho de Ética

sua situação com a de quem compra um apartamento, e assina o seu recebimento sem que o imóvel seja, de fato, concluído. Ele também negou ter recebido qualquer intimação para depor no inquérito da Polícia Federal, em que foi indiciado.

Para Heloísa Helena, que reconheceu a complexidade das operações financeiras, há diversas discrepâncias entre o depoimento do senador e as informações contidas no processo, atualmente sob os cuidados do Supremo Tribunal Federal.

Ela revelou que pedirá a convocação do delegado Anderson Rui Fontel de Oliveira, que conduziu as investigações e acusa Luiz Otávio de crime contra o sistema financeiro.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que é preciso ouvir os funcionários do Banco do Brasil que estiveram à frente do repasse de recursos, para que o Conselho de Ética tenha condições de comparar a versão de Luiz Otávio com a de outras pessoas citadas no processo.

## CPI do Futebol será instalada hoje, às 11h

A instalação da comissão parlamentar de inquérito do Senado que investigará o futebol brasileiro, que estava prevista para ontem, foi adiada para hoje, às 11 horas. O adiamento ocorreu porque os líderes dos partidos não chegaram a um entendimento a respeito de quais senadores ocuparão os cargos de presidente, vice-presidente e relator da CPI do Futebol.

Proposta pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI do Futebol deverá investigar a sonegação de recolhimento de contribuições da Previdência Social por clubes e outras entidades ligadas ao futebol, irregularidades na venda de passes de jogadores brasileiros para o exterior e possíveis ilegalidades existentes no contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol e a empresa de artigos esportivos Nike.

Também consta no requerimento de instalação da CPI o pedido de investigação da sone-

gação de pagamento do Imposto de Renda por clubes, jogadores e técnicos de futebol e das irregularidades envolvendo clubes de futebol e bingos. A comissão parlamentar de inquéri-

to, composta por 13 senadores titulares e oito suplentes, terá um prazo de seis meses para concluir o seu trabalho. A composição da CPI ficou da seguinte forma:

CPI do FUTEBOL		
Os membros da comissão		
Partido Bloco	Titulares	Suplentes
PMDB	Maguito Vilela (GO) Gilvam Borges (AP) Renan Calheiros (AL) Gilberto Mestrinho (AM) Carlos Bezerra (MT)	Ney Suassuna (PB) Gerson Camata (ES) Agnelo Alves (RN)
PFL	Edison Lobão (MA) Geraldo Althoff (SC) Bernardo Cabral (AM) Jonas Pinheiro (MT)	José Agripino (RN) José Jorge (PE) Romeu Tuma (SP)
PSDB	Álvaro Dias (PR) Antero Paes de Barros (MT)	José Roberto Arruda (DF)
Bloco Oposição	Sebastião Rocha (AP) José Eduardo Dutra (SE)	Geraldo Cândido (RJ)

## AUDIÊNCIA PÚBLICA CAS/CCJ

# As restrições à propaganda de cigarros em debate

A discussão sobre o projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, que proíbe a publicidade de derivados de tabaco nos meios de comunicação movimentou a audiência pública realizada ontem pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A reunião colocou, de um lado, especialistas de saúde, defensores de medidas mais restritivas. Do outro, publicitários e representantes de veículos de comunicação e de produtores e indústrias de fumo, que fizeram várias críticas à proposta legislativa em tramitação no Senado.



Aristóteles, Hainsi, o senador Agripino, Kogut e Rosenberg, durante o debate de ontem

## Publicitários e meios de comunicação consideram projeto inconstitucional

O presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert, afirmou que o projeto que restringe a publicidade de derivados do tabaco é inconstitucional. Na audiência pública da CCJ e da CAS que debateu restrições à publicidade de derivados do fumo, ele afirmou que todas as propostas que preconizaram o banimento da publicidade de cigarros e outros derivados do fumo foram rejeitadas pela Assembléia Nacional Constituinte.

Para o representante do Conar, o direito à informação é fundamental para o cidadão. Com a proibição, nem mesmo um anúncio comunicando um produto menos nocivo à saúde poderia ser divulgado.

O Conar, afirmou ele, defende que todo produto lícito possa ser anunciado. Lembrou que o caráter lícito do cigarro é conferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que cobra taxas para liberar a comercialização do produto. Ressaltou ainda que os próprios publicitários impuseram voluntariamente, no código de ética da categoria, restrições à publicidade dos derivados do tabaco.

Já o representante da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), Murilo de Aragão, disse que a restrição da propaganda de cigarros não é nenhuma novidade e existe na maioria dos

países, mas admitiu que o projeto ora em tramitação no Senado é mais radical. Segundo ele, a proposta ultrapassa os limites fixados pela Constituição de 1988 e dá margem a interpretações dúbias que, a seu ver, poderão ser questionadas na Justiça.

Murilo de Aragão reconhece que a propaganda de cigarros deve ser limitada e disse que a Aner concorda com a existência da chamada contrapropaganda, bancada pelo governo. Mas entende que, em vez de o Estado gastar milhões com ações de contrapropaganda, deveria criar centros de tratamento para quem deseja parar de fumar.



Murilo Aragão entende que a proposta ultrapassa os limites fixados pela Constituição

Alex Krueel Jobim, representante da Associação Brasileira de Emissores de Rádio e Televisão (Abert), disse que o projeto é inconstitucional por banir a propaganda, em vez de apenas restringi-la. Para ele, os senadores têm de debater bastante a proposta para que o Congresso aprove uma legislação clara e compatível com a Constituição.

Alex Jobim observou que não estava tratando de saúde pública, mas sim de propaganda de cigarros. Por isso, aconselhou o Congresso Nacional a realizar o que chamou de controle preventivo de inconstitucionalidade. Acrescentou que o projeto deve ser revisto porque, do jeito em que se encontra, estará sujeito a ações judiciais.

## Senadores defendem a proibição da publicidade de fumo e seus derivados

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Artur da Távola (PSDB-RJ) defenderam o projeto que proíbe a propaganda de derivados do tabaco nos meios de comunicação, na audiência pública realizada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Suplicy citou proposta do publicitário Carlito Maia, doente após longos anos de consumo de álcool e cigarros, de que anúncios desses produtos sejam seguidos por outros, destacando os males que eles causam à saúde.

O presidente do Instituto Nacional do Câncer, José Kogut, afirmou que o hábito de fumar não é dosado, e por isso não se pode determinar após quanto cigarros haverá uma mutação genética que dará origem a um tumor maligno. Já o álcool, usado com moderação, pode

ser bom para a saúde, disse Kogut. Segundo ele, populações europeias que bebem vinho há dezenas de gerações não têm alterações hepáticas significativas. Kogut lembrou que a produção de tabaco utiliza grande quantidade de agrotóxicos, o que explica a alta incidência de câncer entre trabalhadores na indústria fumígena.

Para o representante da Associação Médica Brasileira, José Rosenberg, o problema do alcoolismo é bem diferente do tabagismo. A inclusão de álcool e fumo na mesma legislação pode ser benéfica a um e prejudicial a outro. O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, Hainsi Gralow, respondeu que a lucratividade do tabaco é muito maior que das outras culturas.

Artur da Távola afirmou que o projeto que restringe a publicidade

de cigarros é de alto interesse público e envolve a própria cidadania e formação dos jovens. Para ele, o projeto é absolutamente constitucional, já que a matéria se refere à vida, o primeiro direito estabelecido na Constituição. Ele acrescentou que, ao lado do cigarro, a bebida alcoólica também vem preocupando as autoridades. E informou que no Brasil há cerca de 12 milhões de alcoólatras, ou seja, pouco menos de 10% da população.

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) protestou contra as campanhas *Verde é Vida*, patrocinadas pela Associação dos Fumicultores do Brasil. O único representante do Partido Verde no Senado destacou o fato de grande parte dos agricultores que trabalham na lavoura de fumo estar intoxicada, em virtude dos produtos usados na produção.

## Produtor ressalta o número de empregos gerados pelo setor

O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Hainsi Gralow, disse que a produção de fumo no país é um negócio altamente rentável. Segundo ele, a atividade movimenta bilhões de reais por ano. O dirigente informou que o Brasil é o maior exportador de fumo do mundo, sendo um dos setores que mais dão empregos.

— O Congresso tem o dever de analisar essa realidade. A produção de fumo é vital para a economia brasileira. Cerca de 2 milhões e 100 mil pessoas dependem direta ou indiretamente do setor — alertou, acrescentando que o segmento está organizado e em franco progresso.

O presidente da Afubra informou que o fumo tem mercado garantido no Brasil e no exterior, não ocor-

rendo qualquer sobra na produção. Ele disse ainda que o consumo de tabaco no país não caiu, conforme o anunciado. Para ele, o descaminho é que aumentou, com o ingresso no país de mais de 300 marcas de cigarros contrabandeadas.

O representante da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, Milton de Carvalho Cabral, disse que os países que proibiram ou restringiram fortemente a propaganda não têm apresentado redução de consumo que os distingam dos outros. Citou o exemplo do Canadá, em que a proibição da publicidade foi instituída em 1989 e revogada em 1995 pela Corte Suprema daquele país.

O consumo entre os jovens e adolescentes também aumentou



O empresário Hainsi Gralow também ressaltou a alta rentabilidade alcançada pela produção de fumo

após a proibição na Noruega, Finlândia, Portugal, França, Tailândia e Itália, afirmou o dirigente. A associação representada por Cabral defende que a comunicação para consumidores adultos seja permitida, ou em horários em que jovens não assistem televisão ou em publicações dirigidas ao público mais maduro. Também defendeu o patrocínio do fumo para competições automobilísticas.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA CAS/CCJ



# Países que proibiram publicidade reduziram consumo de tabaco

Queda no consumo chega a 37% na Finlândia, 26% na Noruega e 21% na Nova Zelândia, conforme dados citados pelo presidente do Instituto Nacional do Câncer

Kogut: restrições parciais não causaram redução significativa de consumo

O presidente do Instituto Nacional do Câncer, José Kogut, disse ontem que os países que proibiram totalmente a publicidade de fumo conseguiram uma grande redução no consumo, como a Noruega, que teve queda de 26% depois da proibição, em 1975. Kogut participou da audiência pública conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais, que debateu o projeto de lei que proíbe a propaganda de derivados do tabaco.

José Kogut citou também a Finlândia, que proibiu a propaganda de fumo em 1978 e obteve uma redução de 37% no consumo. A Nova Zelândia proibiu os anúncios co-

merciais de cigarros e outros derivados de tabaco em 1990, alcançando uma redução de 21%. A França foi o último país a adotar a proibição total, em 1993, e já chegou a uma diminuição no consumo de 14%.

O representante da Associação Médica Brasileira, José Rosemberg, complementou a informação, dizendo que os países que adotaram restrições parciais na publicidade não tiveram uma redução tão significativa no consumo. O representante do Instituto Nacional do Câncer lembrou que a propaganda de cigarro foi proibida nos Estados Unidos em 1995.

Rosemberg disse que, para ele,

os Estados Unidos são a nação mais livre do mundo, e por isto não se pode falar em restrição à liberdade de informação com a proibição. Ele trouxe documentos dos fabricantes de cigarros americanos segundo os quais é preciso incentivar o consumo entre os jovens, pois são eles que garantirão a demanda por derivados de tabaco nas próximas décadas. Por fim, lembrando as lágrimas do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na exposição contra o tabaco realizada pelo instituto, pediu a proibição total da propaganda, "para que nossos netos não sejam atingidos".

Já o presidente da Associação Brasileira de Cardiologia, Aristóteles Comte de Alencar, afirmou nunca ter visto uma propaganda de cigarro que mostrasse os reais efeitos desse produto. Ele defendeu a proibição total da propaganda de cigar-



ros nos meios de comunicação.

O médico afirmou não concordar com os argumentos de que proibir a propaganda é cercear a liberdade de expressão. Para ele, a proibição da propaganda de cigarros deve ser encarada como um problema de saúde pública. Lembrou que os efeitos colaterais do cigarro afetam até mesmo os membros in-

feriores, podendo levar a amputações e vários tipos de câncer, além do enfisema pulmonar, que também pode provocar morte dolorosa.

Aristóteles de Alencar acha que não se deve separar a publicidade do produto. Para ele, a publicidade induz ao vício e, posteriormente, à morte. Por isso defendeu a total proibição da publicidade.

## Efeitos das restrições impressionam o relator

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que a proibição da publicidade de derivados do fumo lança uma discussão cultural na sociedade. Para ele, a pergunta que deve ser feita é qual sociedade quer o povo brasileiro. O parlamentar, relator do projeto de lei que restringe a publicidade de produtos fumíferos a anúncios comerciais colocados na parte interna dos pontos de venda, se disse impressionado com os dados sobre países que adotaram a proibição. Citou, particularmente, o exemplo da França, onde a discussão também teve um aspecto cultural.

Durante a audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), Arruda afirmou que assumiu a relatoria do projeto com a convicção pessoal de que a invasão epidemiológica do tabagismo "é um mal para o qual a sociedade tem de criar anteparos". Ele disse que a publicidade do cigarro cria uma falsa impressão de que quem fuma é poderoso, bem-sucedido, bonito, mas o consumo do produto tem um custo social, humano e econômico.

O senador parabenizou os presidentes das comissões, senadores José Agripino (PFL-RN) e Osmar Dias (PSDB-PR), pelo equilíbrio que possibilitou a presença de todas as entidades com interesse no assunto. Ele se colocou à disposição de todos os senadores que apresentaram emendas ao projeto, para discutir o tema pessoalmente.

### MÉDICO

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) lembrou que ontem foi comemorado o dia do médico e disse que a função da Medicina é simples: ou você previne ou você cura doenças. Afirmou que os dados estatísticos evidenciam que a proibição da publicidade do fumo tem um caráter eminentemente preventivo. Assinalou que, na Constituição, a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado.

— O aborto é uma atitude ou um ato ilícito porque mata. Fumar é um ato lícito, mas também mata — afirmou.

## Metade da Humanidade sofre com o tabagismo, diz representante da AMB

O presidente da Comissão Antitabagista da Associação Médica Brasileira (AMB), José Rosemberg, afirmou que o tabagismo é a maior causa de mortes prematuras evitáveis do mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. De acordo com o médico, há hoje no mundo 1,2 bilhão de fumantes ativos e 2 bilhões de fumantes passivos, o que representa metade da humanidade.

Rosemberg participou ontem de audiência pública das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais. Segundo ele, para cada 10 adultos fumantes, um morre em decorrência dos efeitos nocivos do tabaco no organismo. As projeções para o ano de 2030, caso não haja uma inversão, indicam a ocorrência de uma morte em cada seis fumantes.

Rosemberg informou aos senadores que 85 países membros da Organização Mundial de Saúde votaram pela proibição total de todos os meios de propaganda do tabaco e derivados.

O dirigente da AMB destacou que a epidemia do fumo hoje se desloca do mundo rico para o mundo pobre. As estatísticas indicam que morrem hoje, em decorrência do fumo, 4 milhões de pessoas, sendo 2,5 milhões delas em países desenvolvidos. A previsão é que, em 2020, morram 10 milhões por ano, 70% delas nos países em desenvolvimento. No Brasil, segundo o médico, há entre 80 mil a 100 mil óbitos por ano causados por doenças relacionadas ao tabaco.

O médico fez um relato sobre



Rosemberg: tabagismo é a maior causa de mortes prematuras evitáveis

os efeitos nocivos do fumo. Segundo ele, a dependência causada pela nicotina tem o mesmo princípio químico da cocaína e da heroína, com ação ainda mais forte no ser humano. O tabaco, além da nicotina e do alcatrão, contém outras 4.720 substâncias tóxicas. Conforme Rosemberg, são mais de 50 doenças causadas pelo cigarro, entre elas, o câncer no pulmão. "Se fosse extinto hoje o vício do fumo, este tipo de câncer desapareceria em 50 anos", afirmou, acrescentando que a criação de centros de tratamento vai contra a proposta básica da saúde pública, que é a prevenção.



Roberto Requião, autor do projeto: a cobrança da taxa é indevida

## Fim de taxa judiciária no DF será analisado pela Câmara

Projeto que revoga a cobrança, no Distrito Federal, de taxa judiciária destinada à construção do Palácio da Justiça e do prédio da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi enviado ontem pelo Senado à Câmara dos Deputados. Autor da matéria, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a cobrança da taxa, de 2% sobre o valor das causas em andamento, é indevida uma vez que a construção dos dois prédios já foi concluída.

Durante a discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ocorrida em setembro, os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Roberto Freire (PPS-PE) apoiaram a proposta, que foi relatada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Todos concordaram que a cobrança da taxa é irregular.

O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela comissão. Como não houve recurso para votação em Plenário, a matéria seguiu diretamente para a análise dos deputados.

### RODOVIA

O Senado também enviou ontem à Câmara projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que dá o nome do ex-deputado federal Sylvio Lofego Botelho a trecho da rodovia BR-401 entre as cidades de Boa Vista e Bonfim, em Roraima. O homenageado foi o governador substituído do estado e, segundo Jucá, teve atuação decisiva na integração de Roraima ao restante do país.

A matéria foi relatada favoravelmente pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) na Comissão de Educação. Aprovada em caráter terminativo, seguiu diretamente para a Câmara sem passar pelo Plenário do Senado.

# Alcântara quer aprofundar o debate sobre a violência

A redução dos altos índices de homicídio, suicídio e acidente de trânsito só será possível por meio da educação, afirmou o senador

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) mostrou ontem dados do Subsistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que apontam os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos como as principais vítimas da violência no país, para defender o aprofundamento da discussão em torno das causas do alto índice de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Segundo disse, o Brasil está entre os 12 países que superam a casa dos dez óbitos por 100 mil habitantes/ano. Os dados do SIM também demonstram, disse, que a incidência de atos violentos é maior nas capitais que no interior do país. Para o senador, a reversão do quadro atual deve passar, necessariamente, pela educação.

Alcântara informou que existe relação entre os hábitos culturais das grandes cidades e a incidência de atos violentos, que não mantém correlação direta com a renda, pois as regiões mais pobres (Norte e Nordeste) apresentam taxas mais baixas que o Sudeste. Se-



Lúcio Alcântara: dados do Ministério da Saúde mostram que os jovens são as principais vítimas da violência

gundo o senador, enquanto em Palmas (TO), São Luís (MA) e Salvador (BA) as taxas situam-se em torno de 35 óbitos por 100 mil habitantes por ano e são as mais baixas do país, em Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Recife (PE), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ) e Cuiabá (MT) as taxas superam os 150 óbitos.

O senador sugeriu a adoção de

estratégias que promovam o aprimoramento pessoal e a revalorização e o fortalecimento da identidade juvenil, além de intensificar os mecanismos que permitam “a participação dos jovens, como setor ativo e consciente, na construção da cidadania e do desenvolvimento do país”.

O crescente aumento no consumo de drogas, a desconfiança nas instituições democráticas e o desinteresse na participação política e comunitária, que levam à perda de perspectiva de futuro, são problemas que merecem atenção profunda e imediata, frisou o senador.

– De forma multidisciplinar, mas sob a ótica predominante da ação educacional em todos os foros, temos de cuidar da juventude, não só para que não a percamos, sob forma de mais um ponto na nefasta estatística da violência, mas para que nos ajude a transmitir a cada nova geração um caminho de desenvolvimento e aprimoramento da sociedade brasileira – afirmou.

## Senador destaca importância do Senai na capacitação do trabalhador brasileiro

O desempenho e a competência dos dirigentes e profissionais de ensino que participam do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) foi elogiado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). “O sistema Senai de ensino, contrariando qualquer expectativa estampada nas análises de conjuntura ou de tendência de mercado, conseguiu apresentar em 1999 crescimento de 48% em relação ao ano de 1995. Em 1999, quase 2,37 milhões de alunos foram atendidos pela instituição.”

Com uma estrutura que inclui mais de 700 unidades de atendimento, distribuídas entre 307 unidades de formação profissional, 52 centros-modelo de educação

profissional, três centros de tecnologia, 45 centros nacionais de tecnologia e 319 unidades móveis, o Senai tem por objetivo ser instrumento de política social, segundo o senador. O trabalho da instituição, conforme Alcântara, não está voltado apenas para as grandes empresas, mas também para as pequenas e médias, no sentido de torná-las competitivas, rentáveis e eficientes. Ele decidiu homenagear a entidade após ter recebido o Relatório Anual do Sistema Senai relativo a 1999.

Alcântara citou o empresário José Mindlin para dizer que o Senai é o grande responsável pela elevação do nível de qualificação da mão-de-obra

brasileira. Observou ainda que a Unidade Móvel Fluvial Sumaúma, no Amazonas, criada para desenvolver programas de treinamento para as comunidades localizadas às margens dos rios da Amazônia, está tendo grande alcance social. A unidade completará este ano 21 anos de existência, informou.

O senador ressaltou também a importância dos convênios efetuados pelo Senai com assembleias legislativas e câmaras de vereadores, das parcerias com associações de bairros, das ações junto aos conselhos comunitários das periferias das grandes cidades e dos programas de reeducação de presidiários e menores infratores.



Mozarildo formulou o projeto por considerar que os mais velhos são prejudicados pela globalização

## Empresa pode ter incentivo para contratar pessoas idosas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou projeto que cria incentivos fiscais para empresas que contratarem pessoas com mais de 50 anos. De acordo com a proposta, as pessoas jurídicas poderão deduzir em dobro, para fins de abatimento de Imposto de Renda, as despesas com salários e contribuição ao INSS quando empregarem trabalhadores idosos.

Mozarildo alega que a evolução tecnológica e a exigência de qualificação de mão-de-obra no mundo globalizado têm alijado trabalhadores mais velhos, menos qualificados e com menor grau de instrução. Além disso, acrescenta o senador, a população acima dos 40 anos é a que mais perde o emprego com a chegada de novas tecnologias à economia.

– São muitos os lares brasileiros que hoje padecem por ter o seu chefe de família idoso desempregado, vivendo com pequenos ganhos, fruto do desemprego, que mal dão para cobrir as despesas primárias de um lar – justifica o senador.

Segundo a proposta, no entanto, as empresas terão limites para usufruir dos descontos. O projeto estabelece que o benefício só será concedido até o limite de 15% da folha de pagamento e de 6% do total dos impostos devidos. A proposição foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a analisará terminativamente.

– Tenho a absoluta convicção de que, com a aprovação dessa lei, estaremos contribuindo efetivamente para que esses cidadãos, hoje desmotivados e sem esperanças concretas, possam novamente sonhar e lutar por dias melhores, resgatando sua dignidade de volta ao mercado formal de trabalho – disse.





Ney Suassuna: representações de países sem relações diplomáticas com o Brasil devem ter o visto especial

## Ney Suassuna propõe ampliar a concessão do visto diplomático

Representações comerciais de países com os quais o Brasil não mantém relações diplomáticas poderão receber vistos diplomáticos do governo brasileiro. Essa é a proposta do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que aguarda votação, em caráter terminativo, nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O senador considera adequado conceder o visto especial uma vez que as representações comerciais estrangeiras abrigam autoridades diplomáticas e ocupantes de cargos em altos escalões. Por esse motivo, disse, “merecem tratamento condizente com a autoridade e a relevância da função que exercem”. Para o senador, é pre-

ciso cobrar mais agressividade da diplomacia brasileira em matéria de comércio exterior.

— O Brasil teima em adotar a orientação política dos Estados Unidos e dos países europeus e deixa de manter relações mais densas e profundas com muitos mercados que nos seriam vantajosos — assinalou Suassuna.

De acordo com o projeto de lei, para que as representações comerciais tenham direito ao visto diplomático é preciso haver a reciprocidade. Ou seja, o país interessado deverá conceder o mesmo tipo de visto à representação comercial brasileira instalada em seu território. O projeto ainda determina que as autoridades beneficiadas devem ter *status* diplomático em seu país de origem.

## Aprovado voto de pesar pela morte de Flecha de Lima Júnior

O Senado aprovou ontem a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Paulo Tarso Flecha de Lima Júnior, filho do embaixador Paulo Tarso. Autor do requerimento, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também solicitou que a manifestação seja comunicada à família. Ao encaminhar o pedido, assinado por vários senadores, Bernardo Cabral (PFL-AM) ressaltou sua amizade com o embaixador, que já dura 40 anos, e reconheceu a dificuldade de as palavras de afeto e saudade trazerem consolo à família.

O senador José Alencar (PMDB-MG) mencionou o temperamento cativante de Paulinho, como era conhecido o rapaz.

— Os que tiveram a ventura de conhecê-lo aprenderam a admirar seu comportamento, sua candura. Ele prestou im-

portantes serviços ao estado de Minas Gerais, e todos os mineiros têm este sentimento de grande pesar.

Também consternado, o senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que não poderia silenciar no momento em que seu amigo de 50 anos perde o filho mais querido.

— Não posso deixar de transmitir meu abraço, mesmo sabendo, por ter passado por uma dor semelhante, que somente o tempo poderá diminuir um pouco a mais dolorosa experiência que um ser humano pode ter, que é perder um filho.

O presidente Antonio Carlos Magalhães associou-se às manifestações dos senadores, sublinhando as palavras de Lauro Campos, e transmitiu à família Flecha de Lima a homenagem de todo o povo brasileiro através do Senado Federal.

# Tiã Viana denuncia ação de narcotraficantes no Acre

Segundo o senador, Polícia Federal e Exército detectaram movimentação de comerciantes de droga no Parque Nacional da Serra do Divisor

O senador Tiã Viana (PT-AC) denunciou na tarde de ontem a suposta atuação de narcotraficantes e guerrilheiros na fronteira do Acre. Ele informou que recente vistoria realizada pela Polícia Federal, em parceria com a Polícia Militar do estado e o Exército, detectou movimentação do narcotráfico e da guerrilha na área controlada pelo governo federal do Parque Nacional da Serra do Divisor, localizado no Acre.

Baseado em documentário produzido pela TV Gazeta do Acre, Tiã Viana disse que vários depoimentos de moradores da região confirmam que a área do parque transformou-se em importante corredor para o narcotráfico internacional. Segundo disse o senador, as pessoas informaram que, ao contrário do que se imaginava, a cocaína está saindo do Brasil e chegando à Colômbia.



Viana: população local informa que o parque transformou-se em corredor do narcotráfico

— Só em um setor da região houve o registro de 3 mil quilos de cocaína atravessando a fronteira — afirmou Tiã Viana. Ele acrescentou que os depoimentos também se referem a contrabando de armas pesadas, entre elas metralhadoras do tipo AR-15, sendo transportadas por diversos rios do Acre. Se-

gundo o senador, testemunhas também viram guerrilheiros circulando em grupo, em posição de treinamento de guerra.

Tiã Viana disse que enviará ao ministro da Justiça, José Gregori, e ao secretário de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, a fita com a reportagem da TV Gazeta. “Espero que as providências sejam tomadas e haja uma ação mais efetiva para proteger a população que vive no extremo oeste do Brasil”, disse o senador.

Em seu pronunciamento, Tiã Viana também manifestou solidariedade ao governador do Amapá, João Alberto Capiberibe (PSB), que “está sofrendo uma tentativa de afastamento do cargo movida pela Assembleia Legislativa” do estado. Ele não acredita que existam razões para o processo de afastamento.

## Projeto de Dutra que permite maior acesso ao Siafi será analisado pelos deputados

À semelhança dos parlamentares e órgãos da administração pública federal, os cidadãos brasileiros também poderão ter o direito de obter informações sobre a gestão dos recursos financeiros, orçamentários e patrimoniais da União, estados, Distrito Federal e municípios. Esse é o teor de projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) aprovado em agosto pelo Plenário do Senado e que será agora submetido à apreciação da Câmara dos Deputados. No Senado, a proposta foi aprovada na forma de substitutivo oferecido pelo relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Quando apresentou o projeto, em 1999, Dutra justificou-o afirmando que o Sistema de Administração Financeira (Siafi), colocado em funcionamento em janeiro de 1987 pela Secretaria do Tesouro Nacional, “contribuiu de maneira significativa para a modernização e transparência da máquina administrativa”. Isso ocorreu, disse o senador, pelo fato de o sistema informatizado permitir a seus usuários “receber, em tempo real, informações de

como, com que, quando e quanto o governo federal gasta”.

Apesar de ser ferramenta essencial para o controle das finanças públicas, o Siafi é acessível a um círculo muito reduzido de usuários, segundo o senador. Convinco de que a fiscalização da aplicação dos recursos públicos é tarefa do cidadão, por meio de organizações sociais representativas, Dutra apresentou o projeto para incorporar novos usuários ao Siafi, como órgãos de imprensa, reitorias de universidades, entidades representativas de empresários e trabalhadores, conselhos profissionais de contabilidade,



Dutra considera que o Siafi pode ser utilizado para a população fiscalizar os recursos públicos

economia, administração e engenharia e organizações não-governamentais. Além desses, o projeto também assegura o acesso aos governos estaduais, às assembleias legislativas, às câmaras municipais, aos tribunais de Contas da União e dos estados e aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal e dos estados.

Conforme o projeto a ser analisado pela Câmara, o Siafi e outros sistemas federais de informação estarão disponíveis aos novos usuários através de terminais a serem instalados pelos três Poderes em seus respectivos sistemas de controle interno em até seis meses após o projeto ser transformado em lei.

Por reconhecer que o Siafi “pode e deve ser utilizado como um instrumento poderoso de fiscalização e controle da aplicação do dinheiro do contribuinte”, Dutra acredita que o projeto contribuirá para o aprimoramento do sistema democrático brasileiro, fortalecendo a sociedade e procurando evitar “as investidas de apropriação dos recursos públicos por grupos privados que detêm ou influenciam o poder político do Estado”.

# Iris critica servidores do Conama por campanha contra o amianto

Senador denuncia “aventura em que se meteram alguns funcionários públicos, patrocinados por forças desconhecidas e estranhas ao país”

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) acusou ontem funcionários do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) de estarem comandando uma campanha de banimento do amianto crisotila, produzido no município de Minaçu, em Goiás, e matéria-prima de telhas de baixo custo, sob a alegação de que provocaria danos à saúde dos trabalhadores que o extraem. “Estamos diante de uma aventura em que se meteram alguns funcionários públicos, patrocinados por forças desconhecidas e estranhas ao país”, afirmou o senador.

— Não assistiremos de braços cruzados ao extermínio de nossas riquezas. Não permitiremos que, da noite para o dia, uma cidade inteira seja destruída pelo desemprego em massa, tendo por base os argumentos inconsistentes e o sofisma de intelectuais que não conhecem a realidade brasileira — disse Iris Rezende, lamentando que até o momento não tenham tido resultado os contatos que fez com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

O senador informou que nos dias 19, 20 e 21 de novembro a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) apresentará a pesquisa



Iris Rezende afirma que pesquisa desmente danos à saúde dos trabalhadores

“Morbidade e Mortalidade entre Trabalhadores Expostos ao Asbesto na Atividade de Mineração — 1940 a 1996”, realizada na mina de Canabrava, em Goiás, cujos resultados indicam que o amianto em si não prejudica a saúde, se manuseado corretamente. De acordo com Iris, a pesquisa demonstra que, se existem problemas, eles estão acontecendo em São Paulo, e não na mina de Goiás. “O argumento apresentado, de dano à saúde, não suportou a primeira investigação responsável, séria e feita com metodologia”, garantiu.

O senador criticou os funcioná-

rios do Conama, que deveriam coibir o trabalho sem o uso de equipamentos de proteção coletiva, necessários ao manuseio de qualquer substância que produza poeira. Segundo disse, esses funcionários “preferiram subir no palanque e ir para a imprensa com o falso propósito de proteger os trabalhadores dos males do amianto, quando deveriam forçar as empresas a proteger seus operários e a manter suas fábricas limpas, à semelhança do que é feito na mina de Canabrava, em Goiás”.

Iris Rezende acusou os funcionários do Conama de atacarem a imagem de pessoas e instituições e impingirem dúvidas à vida profissional dos que discordam de suas posições, com o objetivo de desqualificar o seu trabalho. Ele vê na campanha a ação dos que desejam obter o controle do mercado de fibras sintéticas, que movimenta US\$ 1,5 bilhão por ano. “E isso só será possível com o banimento do amianto crisotila no mundo, pressionando os produtores mundiais a interromper suas atividades. Eles sabem que, na concorrência perfeita, nosso crisotila é infinitamente melhor em qualidade e preço”, assegurou.

## Jonas propõe avaliação da crise na indústria de óleos

A paralisação das atividades de indústrias de óleo vegetal em consequência da crise que atinge o setor levou o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a apresentar requerimento ao Congresso solicitando a instalação de uma comissão mista para avaliar o problema e propor soluções. Ele pediu apoio dos parlamentares, sobretudo os que representam os estados onde a produção e o processamento da soja são importantes para a economia. A comissão deverá ter um prazo de 60 dias para apresentar suas propostas.

Jonas Pinheiro informou que desde 1996 as indústrias processadoras de oleaginosas têm registrado perda de sua capacidade de concorrer no mercado internacional, enfrentando dificuldades para exportar seus produtos, sobretudo o óleo e o farelo de soja. Ele explicou que a crise tem origem principalmente no modelo adotado no Brasil, que

sobrecarrega essas indústrias de impostos e taxas.

Na avaliação do senador, além de cobrar maior volume de taxas e impostos, o modelo tributário brasileiro privilegia e incentiva a exportação de grãos em detrimento dos produtos já processados. “Tendo em vista a importância desse segmento industrial, torna-se necessário que o setor público implemente medidas para evitar o aprofundamento da crise que o atinge”, afirmou.

Entre as medidas que julga necessárias para acabar com a crise no setor, Jonas Pinheiro citou a desoneração tributária das exportações e a promoção e alteração dos procedimentos de cobrança de ICMS nas operações interestaduais



Jonas Pinheiro quer formação de comissão mista do Congresso

com a matéria-prima. Ele também defendeu o estabelecimento de novas regras de ressarcimento do PIS/Cofins, a concessão de financiamentos a taxas mais competitivas e a alteração dos critérios de enquadramento das operações financiadas.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) antecipou o seu apoio à instalação da comissão mista. Ele cumprimentou a iniciativa de Jonas Pinheiro no sentido de buscar soluções para os problemas das indústrias processadoras de óleo. “Estamos unidos na luta para que a agricultura não enfrente tantas barreiras e obstáculos para transformar o Brasil em um grande produtor de alimentos”, disse Iris Rezende.

## Suplicy quer sustar tramitação de concessões da TV Ômega

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que os senadores sustentem a tramitação de cinco concessões da TV Manchete, hoje TV Ômega, até que sejam resolvidas as pendências trabalhistas herdadas pelos novos controladores. O governo, que encaminhou ao Congresso pedido de autorização da transferência das concessões após esta ter sido realizada, em maio de 1999, já obteve aprovação de duas comissões permanentes da Câmara, que logo deverá enviar a matéria à apreciação do Senado.

Para Suplicy, além de as transferências das concessões terem sido inconstitucionais, ao fazê-las o governo colocou como exigência que os novos donos assumissem as dívidas trabalhistas das emissoras: salários atrasados de mais de 1.400 funcionários da TV Manchete, recolhimento do FGTS e ressarcimento de dívidas junto à Previdência Social e outros órgãos governamentais. Passado um ano, disse, “a TV Ômega ganhou a concessão da TV Manchete, mas ainda não cumpriu a exigência estabelecida pelo governo”.

Suplicy também lembrou que, sob alegação de inconstitucionalidade, a Procuradoria-Geral da República move ação pública pela cassação das cinco concessões transferidas.

O senador disse ainda que o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, está incorrendo em crime de responsabilidade por



Conforme Eduardo Suplicy, TV Ômega não resolveu pendências trabalhistas

não ter respondido até agora a requerimento de informações sobre o assunto, encaminhado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) em maio. Pela Constituição, os requerimentos feitos pelos parlamentares devem ser respondidos em 30 dias.

Procurado por representantes da Federação Interestadual de Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão, Suplicy contactou o ministro das Comunicações e o presidente da TV Ômega, que concordou em receber uma comissão de trabalhadores no próximo dia 1º de novembro.

Em aparte, Geraldo Cândido reafirmou que as concessões da TV Manchete não podem ser mantidas sem que as questões trabalhistas sejam resolvidas. Para ele, a operação realizada pelo governo teria sido inconstitucional.

## Arruda registra a posse de Paulo Cabral na diretoria da SIP

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) saudou ontem a eleição e posse do presidente dos Diários Associados, jornalista Paulo Cabral de Araújo, no cargo de diretor da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), entidade que reúne 1.300 jornais das três Américas e tem como princípio básico a defesa da liberdade de imprensa. Arruda disse que a escolha de Cabral é razão de júbilo para todos os que o conhecem e para todos que trabalham na imprensa brasileira.

— Todos nós conhecemos a longa e vitoriosa vida de Paulo Cabral como homem de imprensa, além das suas qualidades humanas. Pessoalmente, conheço a sua energia e sua convicção na



Para Arruda, presença de Paulo Cabral na diretoria da SIP é “razão de júbilo”

luta por uma imprensa livre no Brasil, e o jornal que dirige, o *Correio Braziliense*, é um exemplo disso — afirmou Arruda.

# Sérgio Machado destaca avanços do país na educação

Aumento dos investimentos em ensino, queda das taxas de analfabetismo e a elevação do número de matrículas são algumas demonstrações do progresso obtido nessa área durante o governo Fernando Henrique, afirmou o parlamentar



Para Machado, a educação pode ajudar o Brasil a dar "um salto em seu desenvolvimento"

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) destacou os avanços obtidos no setor educacional nos primeiros cinco anos do governo Fernando Henrique. Segundo ele, os investimentos em educação aumentaram expressivamente, situando-se hoje na média internacional de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e com perspectiva de crescer mais de um ponto percentual a cada ano até 2003.

Sérgio Machado ressaltou que não há país que se desenvolva sem investimentos maciços na educa-

ção. Foi o caso, disse ele, das nações ricas, que aproveitaram o século 20 para dar um salto de qualidade no ensino "enquanto o Brasil simplesmente ignorou o ensino ao longo de décadas".

— A educação, na verdade, deve ser vista como o motor do crescimento de uma nação, mola propulsora do desenvolvimento social e ponto de partida para eliminar as desigualdades sociais — enfatizou.

A mudança de realidade na educação foi proporcionada em grande parte pela política desenvolvi-

da pelo ministro Paulo Renato, completou o senador. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a taxa de analfabetismo de crianças de dez a 14 anos caiu de 11,3%, em 1993, para menos de 7% nos dias atuais, e a proporção de crianças de sete a 14 anos que não estavam na escola baixou, no mesmo período, de 11,4% para 5%.

Da mesma forma, acrescentou, houve uma melhora do nível de instrução das pessoas. O índice de conclusão do 2º grau aumentou de

14,4%, em 1993, para 18%, atualmente. O ensino superior, disse ele ainda, tornou-se estratégico nesta última década, com aumento considerável do número de alunos matriculados. Ele informou que as vagas aumentaram em quase 30% nos últimos cinco anos, com 500 mil novas matrículas, e cerca de 2,2 milhões de universitários frequentando faculdades em todo o país.

— Se os esforços forem mantidos, o Brasil tem todas as condições de dar um salto em seu desenvolvimento — concluiu Sérgio Machado.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — Cidadania — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim, falam de fraternidade, solidariedade e cidadania  
7h30 — Entrevista — Enaildo Viana, administrador do Parlamundi da LBV, fala sobre o 1º Fórum Mundial — Espírito e Ciência  
8h Jornal do Senado  
8h30 — TV Escola — PCN - Matemática — As ferramentas dos cálculos  
9h — Cores do Brasil - Camboriú  
9h30 — Entrevista — Sen. Pedro Piva faz um balanço das eleições municipais  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo Após — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar — (gravado-18/10/2000)  
Logo Após — CPI do Futebol (gravado-19/10/2000)  
18h30 — Entrevista — Enaildo Viana, administrador do Parlamundi da LBV, fala sobre o 1º Fórum Mundial — Espírito e Ciência —  
19h00 — Cores do Brasil

19h30 — Cidadania — Joãozinho Trinta, carnavalesco, e o jornalista Márcio Cotrim, falam de fraternidade, solidariedade e cidadania  
21h — Jornal do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — A Voz do Brasil  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e Informação  
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## Senador defende "urbanismo sustentável"

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), propôs um amplo debate, envolvendo toda a sociedade e os três níveis de governo, sobre o que está sendo chamado de "urbanismo sustentável". Ele explicou que o conceito prevê o desenvolvimento urbano com respeito à qualidade de vida, principalmente de crianças e idosos.

Ele lamentou que, apesar do intenso debate que marcou o primeiro turno da eleição municipal, a discussão sobre a qualidade de

vida nas cidades foi esquecida, assim como na campanha do segundo turno. Para Sérgio Machado, o planejamento urbano tem um papel importante no processo de compreensão das sociedades como um todo.

Machado acha que qualquer idéia ou projeto dos futuros prefeitos, principalmente nas grandes cidades, deve respeitar o que ele denomina de "acessibilidade para todos". Tal conceito teria os seguintes princípios: todo e qualquer ci-

dadão — a pessoa idosa, o deficiente, a gestante, o obeso, a criança — tem o direito de andar em segurança e com conforto pela cidade, usufruir dela, participar e cooperar no seu desenvolvimento.

O senador entende que o conforto e a qualidade de vida urbana não podem ser baseados somente na moradia em si. "É preciso que haja conexão com a escola, a saúde, o trabalho e com a convergência das pessoas e suas atividades", afirmou Sérgio Machado.

## Bienal do Livro homenageia Patativa do Assaré

O poeta Patativa do Assaré é o maior homenageado da 4ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, que se realiza até domingo, no Centro de Convenções de Fortaleza. Patativa participou da abertura do evento, terça à noite, falando de Assaré para a platéia na capital, que contava com a presença do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e do governador do estado, Tasso Jereissati. A cerimônia de abertura teve ainda *show* do cantor cearense Raimundo Fagner, apresentações de música clássica e grupos de teatro recitando poesias de Patativa do Assaré.

Alcântara recebeu uma placa do Sindicato dos Livreiros do Ceará em reconhecimento ao incentivo dado à cultura cearense. A primeira bienal do Ceará foi realizada em 1992, quando Alcântara era vice-governador do estado. Para o senador, a 4ª Bienal consolida um projeto vitorioso, tendo em vista o grande público registrado.

— É um espaço para a população ler, conhecer e se informar, elevando o nível cultural, principalmente pela grande participação das crianças — afirmou Alcântara. Presidente do Conselho Edito-



A presença de muitos professores marcou o primeiro dia de visitas ao estande do Senado na 4ª Bienal Internacional do Livro do Ceará

rial do Senado, ele também visitou o estande da Casa, onde participará às 18h de sexta-feira do lançamento dos livros *Dom Helder, o Mensageiro da Paz*, organizado pelo Padre Caramuru, e *Discurso Autoritário de Cairu*, de João Alfredo Montenegro. Na ocasião, Alcântara também vai entregar exemplares da Constituição estadual do Ceará em braile a representantes de instituições de deficientes visuais.

— A participação do Senado é importante, por oferecer obras de grande valor cultural, sem competir, do ponto de vista comercial, com as demais editoras, já que oferece

obras que o editor comum não se interessaria em oferecer — esclareceu o parlamentar.

### PROFESSORES

Diretores de 668 escolas estaduais receberam correspondência, informando que o Senado estaria presente à feira, além de *kit* como livro *O Senado na História do Brasil*, a cartilha *Jovem Cidadão* e uma publicação sobre como são feitas as leis. Não por acaso, portanto, o primeiro dia de visitas ao estande do Senado foi marcado pela presença dos professores. Muitos fizeram assinaturas do *Jornal do Senado* para suas escolas, gratuitamente.

# Rocha considera legítimo o afastamento de Capiberibe

Senador espera que em 180 dias a Assembléia, juntamente com o Tribunal de Justiça, possa esclarecer as denúncias contra governador

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerou legítima a decisão da Assembléia Legislativa de seu estado de afastar por 180 dias o governador João Alberto Capiberibe, acusado de desviar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Rocha disse que a Assembléia Legislativa se cercou de todos os cuidados constitucionais nesse episódio e manifestou sua satisfação pelo fato de o afastamento ter ocorrido sem qualquer confusão ou tumulto.

Rocha disse esperar que, neste período, a Assembléia possa proceder às investigações, analisando em profundidade, juntamente com o Tribunal de Justiça do estado, a situação do go-



Rocha afirmou que, com base na apuração dos fatos, a Assembléia decidirá o destino de Capiberibe

vernador. Posteriormente, lembrou o senador, dependendo da apuração dos fatos, a Assembléia decidirá o destino político de Capiberibe, que poderá ser reconduzido ou definitivamente afastado do cargo.

Ele admitiu que ainda haverá

muita discussão jurídica, mas disse acreditar que os deputados estaduais tenham cumprido todo o rigor da lei, no ato que decidiu pelo afastamento do governador.

— É um fato inédito na política do país — afirmou Sebastião Rocha, salientando que a comissão processante da Assembléia Legislativa considerou as acusações procedentes.

## MÉDICOS

O senador também parabenizou os médicos de todo o país pelo seu dia e destacou a luta da classe para levar saúde à população, mesmo diante do mau funcionamento do Sistema Único de Saúde. Sebastião Rocha mencionou ainda a presença de vários prefeitos eleitos do Amapá, que vieram conhecer o Congresso Nacional e buscar liberação de recursos para suas cidades.

## Para Gilvam, acusação de narcotráfico na Assembléia é cortina de fumaça

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou ontem que as denúncias de narcotráfico na Assembléia Legislativa do Amapá não passam de uma cortina de fumaça para desviar a atenção da corrupção no governo do estado. A Assembléia aprovou o afastamento do go-

vernador João Alberto Capiberibe por 180 dias para investigar denúncias de irregularidades. Gilvam disse que não existe narcotráfico no Amapá, citando parecer de uma procuradora da

República que realizou investigação no estado em conjunto com órgãos de inteligência.

Ao lado de duas pilhas de docu-

mentos, Gilvam acusou o governador do Amapá de incompetência e desvio de dinheiro público, e listou uma série de irregularidades que teria cometido, entre elas a não pavimentação da BR-156, mesmo tendo recursos no orçamento federal por quatro anos seguidos.

Gilvam Borges também criticou os senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Tião Viana (PT-AC) por, segundo ele, defenderem o governador sem conhecer a realidade local. Gilvam con-

vidou Ademir e Viana para irem ao Amapá verificar as acusações.

Em aparte, Ademir Andrade perguntou a Gilvam se abriria mão

da imunidade parlamentar para ser processado judicialmente pelas acusações feitas, e explicou que o dinheiro destinado à pavimentação da BR-156 pertence ao Ministério dos Transportes e não ao governo estadual.

O senador Tião Viana (PT-AC) explicou que apenas fez uso de um direito democrático quando defendeu a honra de Capiberibe durante o pronunciamento de Ademir Andrade. Viana disse que conhece Capiberibe desde o tempo em que ele atuava como engenheiro agrônomo e que o seu irmão, Jorge Viana, governador do Acre, trabalhou como assessor especial no governo do Amapá porque as “forças corruptas” do Acre impediram que ele trabalhasse no estado.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que não se pode usar como argumento possíveis desvios de caráter de parlamentares para tentar desqualificar o julgamento da Assembléia Legislativa do Amapá.

## Ademir: processo contra governador “é golpe sujo do crime organizado”

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem a decisão da Assembléia Legislativa do Amapá de afastar o governador do estado, João Alberto Capiberibe, acusado de desviar recursos do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef). Para ele, o processo de afastamento do governador do Amapá está eivado de ilegalidade, ilegitimidade, nulidade e inconstitucionalidade.

— A decisão da Assembléia é um golpe sujo do crime organizado, perpetrado por pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e pela elite política do estado — acusou.

Conforme Ademir, o Supremo Tribunal Federal considerou o processo inconstitucional, por ter sido baseado em legislação criada pela própria Assembléia para afastar o chefe do Executivo. Além disso, observou, as regras do regimento interno da Assembléia Legislativa foram alteradas momentos antes da vo-

tação, reduzindo, de maioria absoluta para maioria simples, o quorum necessário para afastar o governador.

O Tribunal de Contas do Amapá, ainda segundo Ademir, também não reconhece como legal o processo, uma vez que não haveria provas do desvio de recursos.

— Cinco dos sete membros da corte de contas assinaram uma declaração asseverando ser falso o julgamento. Entre os dois que não assinaram, está a presidente do Tribunal, que foi denunciada pela CPI do Narcotráfico e passou 40 dias afastada da cidade, com medo de ser presa — disse.

O senador Tião Viana (PT-AC) garantiu seu apoio e do governador do Acre a Capiberibe. Também solidário com o governador, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) manifestou sua confiança de que a apuração dos fatos pelo Ministério Público esclareça as falsas denúncias.

## Senador elogia apuração de denúncias pelo TSE

A presteza com que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atendeu às solicitações de apuração de denúncias de possíveis fraudes nas eleições municipais no Pará foi elogiada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Em discurso ontem, o senador agradeceu ao presidente do TSE, ministro Néri da Silveira, que enviou uma equipe de técnicos em informática ao Pará. Após fazer uma perícia, os técnicos afastaram a possibilidade de ter havido irregularidade nas eleições, pelo

menos na operação das urnas eletrônicas pelos eleitores.

— Isso serviu para acalmar o povo paraense e deu garantia de que o sistema eletrônico de votação é seguro — frisou. Segundo o senador, a insatisfação de candidatos e eleitores paraenses com os resultados eleitorais provocou episódios de violência contra sedes da Justiça em algumas cidades do interior.

Ademir disse que, após conversar com o ministro Néri da Silveira, ficou convencido de que é praticamente impossível fraudar uma urna eletrônica. Ele também agradeceu ao ministro da Justiça, José Gregori, e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que trataram do assunto com o senador.



Segundo Ademir Andrade, perícia serviu para acalmar o povo paraense